

Expectativas para 2002 começam a melhorar

O desemprego deverá aumentar, mas a taxa de juros e a inflação tendem a cair; e a balança comercial terá saldo positivo de US\$ 5 bilhões

Christiane Bueno Malta
de São Paulo

Um ano de transição e reformas. Um ano base para um crescimento sustentado em 2003. Foi assim que, ontem, economistas e representantes dos setores industrial, do comércio, financeiro e agrícola resumiram suas expectativas para 2002 durante o lançamento da última Carta de Conjuntura "Economia em Perspectiva", publicação mensal do Conselho Regional de Economia (Corecon), cujo tema era "Cenários para 2002 da Economia Brasileira".

O presidente da Ordem dos Economistas, Juarez Rizzieri, disse que em 2002 vamos ficar administrando riscos, com um crescimento ainda mediocre do Produto Interno Bruto (PIB), entre 2% e 2,5%, ainda que maior que o crescimento projetado para este ano, de 1,7%.

Contudo, lembrou, a questão energética parece estar sendo equacionada e é bem provável que o sucessor presidencial em 2002 volte suas preocupações para o crescimento econômico e crie espaço para mudar a política econômica, tornando o País menos dependente das limitações impostas pelo mercado financeiro e por credores. Para que isso se concretize, continuou Rizzieri, será preciso melhorar o superávit da balança comercial; ter uma política cambial que promova competitividade para os produtos de exportação; avançar nas contas fiscais de modo a diminuir as restrições internas; e promover as reformas, notadamente a tributária.

Segundo Rizzieri, 2002 ainda terá indicadores econômicos que restringem o crescimento, mas serão melhores em relação a 2001, exceto para a taxa de desemprego, que deverá avançar de 6,8% para 7%. A inflação anual, porém, cairá de 7% para 5%; o saldo de transações correntes ainda será deficitário, em US\$ 20 bilhões, mas é bem menor em relação ao atual déficit de US\$ 24 bilhões; a taxa de juros básica (Selic) também deverá cair dos atuais 19% para

17%. A Balança Comercial deverá ser superavitária em US\$ 5 bilhões (com o câmbio a R\$ 2,65), com a ajuda da agricultura e dos tradicionais exportadores, como têxteis, calçados e automóveis.

O presidente do Conselho Superior de Economia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Bóris Tabacof, também presidente do conselho administrativo da Cia. Suzano de Papel e Celulose, acredita que em 2002 a indústria deverá procurar discutir a promoção de uma política de retomada do crescimento em bases sustentadas em meio ao debate político. "O próximo governo tem de dar condições de competitividade à indústria. Dar apoio aos setores mais dinâmicos com políticas pró-ativas, com critérios para setores que possam desenvolver mais tecnologia, para estimu-

lar a nossa balança. Exportar não tem contra-indicação", enfatizou o empresário.

O secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, João Carlos de Souza Meirelles, disse que o setor agrícola tem apresentado grandes avanços em termos de produtividade. Contudo, ainda falta maior agregação de valor aos seus produtos. Isto só será possível com uma política de crédito rural mais adequada. "De um total de R\$ 50 bilhões em custeio para a safra 2000-2001, apenas 75% foram de fato alocados. É um mecanismo ultrapassado", disse Meirelles. Ele também defendeu a



Juarez Rizzieri

criação de um fundo para securitização da safra agrícola.

Meirelles disse, ainda, que a recente reunião da OMC em Doha, no Catar, onde a questão agrícola foi incluída na agenda de negociações, obrigará o País a ter uma consciência exportadora no ano que vem.

Tabacof, da Cia. Suzano, disse ainda que é preciso existir política clara para a substituição de importações. "Apenas as importações de eletroeletrônicos e químicos vão gerar déficit de US\$ 15 bilhões", lamentou.

Quanto às condições no mercado doméstico, acredita Tabacof, devem melhorar, principalmente com o au-

mento do salário mínimo, agora em discussão. O poder de compra do brasileiro, medido pela massa real de rendimentos, deve terminar este ano 1% menor do que em 2000.

O representante da Febraban também lembrou que o novo Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a partir de abril de 2002, mais rápido que o atual, resultará em ganhos expressivos para a economia brasileira.

Para o superintendente do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Domingos Solimeo, o comércio em 2002 crescerá entre 2% e 3%, puxado pelo crédito, se não houver agravamento do desemprego. Neste ano o comércio deverá ser maior que o ano anterior entre 2% e 3% também, em razão do bom desempenho dos primeiros meses. Quanto ao Natal, "Se empatar em

comparação ao de 2000, vamos comemorar", disse Solimeo.

Tabacof alertou também para a necessidade de desoneração dos investimentos. "O setor de papel e celulose tem importantes investimentos em curso para aumentar a produção de celulose e a oneração nesses investimentos é de mais de 20%. São US\$ 2 bilhões de investimentos em andamento".

Tabacof disse que o Brasil deve continuar participando das reuniões para a viabilização da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), pois a aprovação do *fast track* pela câmara americana, que traz restrições às exportações brasileiras, é apenas o primeiro passo. "A aprovação do TPA é um longo processo de barganha e o Brasil deve ter apoio de outros países. Deve haver oportunidades", disse Tabacof.